

Projeto de Lei

ANTEPROJETO DE LEI Nº _____, DE _____ DE 2012

(Autoria do Anteprojeto: OAB/PA)

Dispõe sobre o piso salarial do Advogado empregado privado no âmbito do Pará.

O GOVERNADOR DO PARÁ,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Pará decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O piso salarial do Advogado empregado privado é de:

I – R\$ 1.244,00 (um mil e duzentos e quarenta e quatro reais) mensais, para jornada de até quatro horas diárias ou vinte horas semanais;

II – R\$ 1.866,00 (um mil oitocentos e sessenta e seis reais) mensais, em caso de dedicação exclusiva, para jornada de até oito horas diárias ou quarenta horas semanais.

Art. 2º Os valores acima mencionados são destinados aos profissionais inscritos na Ordem dos Advogados- Seção Pará com até 03 (três) anos de profissão.

Art. 3º- A partir de 4º (quarto) ano de inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados o piso salarial deverá ser acrescido obrigatoriamente em 5% (cinco) a cada ano até o limite de 20 (vinte) anos independentemente das correções legais.

Art.4- A progressão salarial do advogado também poderá ser aplicada pelo empregador pelo critério de merecimento desde que em valores superiores aos de antiguidade.

Art. 5º.O reajuste do piso salarial de que trata esta Lei é anual, sempre no dia primeiro de janeiro do ano subsequente, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Belém, _____ 2012

124º da República e 396º de Belém

Simão Jatene

Referências Legais

Constituição Federal de 1988

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000

(Publicada no Diário Oficial da União em 17.07.2000)

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do artigo 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.